

Dossier

Desigualdades e justiça social das juventudes no Brasil e os impactos socioemocionais causados pelas violências

Desigualdades y justicia social de la juventud en Brasil y los impactos socioemocionales causados por la violencia

Inequalities and social justice in Brazilian youth and the socio-emotional impacts of suffered violence

Maria Aparecida Ferrari

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, Brasil
maferrar@usp.br

Bárbara Tomiatti Giancola

Universitat Jaume I (UJI), España
barbaratomiatti@gmail.com

Millcayac vol. XI núm. 21 2024

Universidad Nacional de Cuyo
Argentina

Recepción: 01 Octubre 2024

Aprobación: 03 Febrero 2025

Resumo: O artigo visa refletir sobre percepções socioemocionais de estudantes universitários sobre violências sofridas e busca reforçar a importância da justiça social nas igualdades de posições e de oportunidades. O Brasil vive um contexto de vulnerabilidades, como consequência da excessiva individualização, das experiências de desigualdades, apontadas por Dubet (2020) como a origem de “paixões tristes”, como cóleras, ressentimentos e indignações presentes no cotidiano de diferentes grupos sociais. Mediante uma sondagem com 123 universitários do primeiro ano de cursos de comunicação da ECA/USP, em São Paulo, foi possível verificar correlação entre altos níveis de ansiedade e exposição às intolerâncias, ódio, desigualdades e até as mudanças climáticas. Os resultados reforçam a necessidade de promover a autonomia, o empoderamento e a participação ativa dos jovens em movimentos voltados para a transformação social, evidenciando o papel crucial da Comunicação e da Cultura de Paz no ambiente educacional.

Palavras-chave: Violência, Comunicação, Socioemocional, Desigualdades, Justiça Social.

Resumen: El artículo pretende reflexionar sobre las percepciones socioemocionales de estudiantes sobre los diversos tipos de violencias sufridas y reforzar la importancia de la justicia social en las igualdades de condiciones y de oportunidades. Brasil vive en un contexto de vulnerabilidades, como consecuencia de la excesiva individualización, de las experiencias de desigualdades destacadas por Dubet (2020) como el origen de “pasiones tristes”, como la ira, resentimientos e indignaciones presentes en el cotidiano de diferentes grupos sociales. A través de un sondeo realizado a 123 estudiantes universitarios del primer año de carreras de comunicación de la ECA/USP, en São Paulo, fue posible verificar una correlación entre altos niveles de ansiedad y exposición a las intolerancias, desigualdades e incluso el cambio climático. Los resultados refuerzan la necesidad de promover la autonomía, el empoderamiento y la participación activa de los jóvenes en movimientos orientados a la transformación social, destacando el papel crucial de la Comunicación y la Cultura de Paz en el ámbito educativo.

Palabras clave: Violencia, Comunicación, Socioemocional, Desigualdades, Justicia social.

Abstract: The purpose of this article is to reflect on socio-emotional university-level student perceptions regarding various types of suffered violence and to reinforce the importance of social justice in the pursuit of career opportunities and social equality. Brazil lives in a context of vulnerability, resulting from excessive individualization and the experiences of inequality, which Dubet (2020) has singled as the origin of “sad passions” such as anger, resentment and the indignation that is present in the daily life of different social groups. A survey of 123 ECA/USP undergraduate-level Communication students, conducted in the city of São Paulo, detected a correlation between high levels of anxiety and exposure to intolerance, inequality and even climate change. These results reinforce the need to promote the autonomy, empowerment and the active participation of young people in movements targeted on social transformation, highlighting the crucial role of Communication and the Culture of Peace in the educational environment.

Keywords: Violence, Communication, Socio-emotional, Inequalities, Social Justice.

Introdução

Nos últimos anos a mídia, principalmente por meio de jornais de grande circulação no Brasil, tem publicado sistematicamente resultados de pesquisas, estudos e entrevistas com especialistas sobre o alto grau de ansiedade e depressão que têm acometido a juventude brasileira, independente de classe social, gênero e raça. Pesquisas desenvolvidas por diversos institutos e centros de estudos como a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS/IBGE) de 2019, o relatório Panorama da Situação de Saúde dos Jovens Brasileiros de 2016 a 2022: Intersecções entre Juventude, Saúde e Trabalho, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do SUS de 2013 a 2023, entre outros, têm demonstrado que não há uma única causa que justifique o aumento de ansiedade e depressão entre as juventudes, mas alguns especialistas têm apontado como causas principais as crises econômicas, climáticas, os autodiagnósticos simplistas e o uso excessivo de celulares, jogos e plataformas digitais. O médico psiquiatra Guilherme Polanczyk, em sua entrevista ao jornal Folha de São Paulo (2024) afirmou que muitas das mudanças culturais e sociais que aconteceram na última década no Brasil estão associadas às redes sociais, embora seja perigoso atribuir o problema apenas a elas. Sobre esta última causa, os celulares e as plataformas digitais, o psicólogo Haidt (2024) enfatizou que os adolescentes têm sido expostos a alguns dos piores aspectos da natureza humana, como insultos, sarcasmo, *bullying* e competição social, tentando deliberadamente competir no status e fazendo outros adolescentes se sentirem mal consigo mesmos.

Ao lado das questões estruturais mencionadas, está a comunicação vista como um processo de criação de significados e sentidos (Ferrari, 2016) que deve atuar como uma força propulsora positiva quando usada adequadamente no contexto descrito. Durante muitas décadas a comunicação foi entendida e praticada segundo o paradigma funcionalista, que tinha como objetivo consolidar os negócios das organizações. Esse paradigma levou muitas organizações a utilizar a comunicação somente em momentos de crises, como se esse processo fosse capaz de garantir uma reputação organizacional positiva. Porém, no cenário vulnerável das organizações do século XXI, não basta que a organização cumpra seu papel legal, é preciso que ela seja legítima (Ferrari, 2016) diante de seus públicos e, para isso, a comunicação deve ser entendida como um ativo essencial para a busca da inclusão e do respeito de todos os públicos que estejam envolvidos na disputa do poder organizacional.

Portanto, acreditamos que para a comunicação se tornar um processo de significados e de produção de sentidos partilhados se faz necessário construir espaços que ofereçam um lugar e uma voz àqueles e àqueles que muitas vezes são invisibilizadas e excluídas da

comunicação nas organizações. Isso significa perguntar se nós, comunicadores, organizações e instituições não nos tornamos insensíveis à responsabilidade pelos invisibilizados, ou seja, não estão sendo considerados públicos essenciais da organização? Como afirma Moriceau (2019, p. 35-36):

“esse outro [homem], que teve seu rosto apagado ou repelido, é aquele sobre cuja existência não queremos ver os efeitos de nosso consumo e de nossa comunicação, os efeitos sobre as ameaças ao desenvolvimento sustentável, sobre o aquecimento climático, sobre os modos de exploração capitalista. Será que temos o direito de fingir que não sabemos que ele existe?”

Talvez a resposta à pergunta formulada seja olhar para a justiça social como uma possibilidade para conseguir a igualdade de oportunidades de acesso a todas as posições sociais. A justiça social tem que ir além da redução das desigualdades entre os indivíduos, precisa garantir a todos os indivíduos as mesmas oportunidades de acesso, independente das posições sociais e lutar contra a discriminação.

O artigo é estruturado em seis seções. A Introdução que oferece um mapa dos temas a serem discutidos, delineando o contexto e a relevância da pesquisa para o contexto brasileiro contemporâneo. A segunda seção apresenta o referencial teórico, compilando os debates acadêmicos e as principais contribuições que fundamentam o estudo. A terceira detalha a metodologia, os objetivos, as técnicas e os procedimentos utilizados para a realização da sondagem com estudantes. Em seguida, a quarta seção expõe resultados obtidos na sondagem e que contribuem para o avanço das discussões propostas. A quinta é dedicada às considerações finais das autoras derivadas da análise dos dados. A sexta expressa os agradecimentos a todas as pessoas e instituições que colaboraram para a realização deste artigo. Finalmente, a sétima seção traz as referências bibliográficas consultadas, fornecendo as bases teóricas e empíricas que sustentaram a construção do presente artigo.

Referencial teórico

O contexto brasileiro sobre a violência, justiça social e os desdobramentos na vida dos jovens

Para compreender de forma mais abrangente as dinâmicas de violência, discriminação e mobilização para a justiça social no Brasil, é fundamental considerar o contexto pós-colonial que deixou marcas profundas no imaginário social e nas atitudes contemporâneas (Quijano, 2015). Um exemplo das consequências deste cenário é a teoria do "mito da democracia racial" (Nascimento, 1978), que deslegitima as profundas desigualdades e discriminações raciais ainda presentes na sociedade. Esta teoria enfatiza a necessidade de

reconhecer e perpetuar as histórias de resistência e os exemplos de insurreição contra as diversas formas de opressão e violência perpetuadas ao longo do tempo.

O contexto brasileiro é caracterizado por um panorama complexo de violência, amplamente documentado por fontes estatísticas geradas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) que em 2024 identificou o crescimento de todas as modalidades de violências contra mulheres, destacando as mulheres pretas e pardas que foram as maiores vítimas de casos de feminicídio (63,6%). O Fórum destaca que homens pretos e pardos foram as principais vítimas de mortes violentas intencionais (78%), sendo que 49,4% tinham até 29 anos.

A população brasileira, em sua maioria, é composta por pessoas pretas (20.656.458) e pardas (92.083.286), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). O mesmo Censo (2022) identifica 1.694.836 pessoas indígenas brasileiras. Pela primeira vez na realização do Censo houve maior presença de pessoas que se autodeclararam pardas do que brancas e para além da questão demográfica, este número revela marcadores sociais atrelados ao processo de reconhecimento da afrodescendência e pertencimento no que diz respeito à autodeclaração étnico-racial. O resultado apurado pelo Censo de 2022 (IBGE) foi celebrado pela ministra dos Direitos Humanos no Brasil, Anielle Franco, que afirmou por meio de suas redes sociais que “é uma vitória termos um Brasil que se reconhece como negro” (Moura, 2023).

Neste sentido, os “lugares de fala” explorados por Ribeiro (2019) refletem sobre quais foram, e quais são, os sujeitos autorizados a falar e como a cultura do medo foi imposta por aqueles que construíram a imposição do silenciamento de grupos. Ao abordar esta temática na dimensão subjetiva, as consequências do “epistemicídio” ou seja, a “desqualificação dos conhecimentos dos povos subjugados”, Carneiro (2005, p. 97) escancara as relações entre as influências negativas para a dimensão cognitiva que provocam a exclusão e a violência no processo de aprendizagem, na autoestima e na própria percepção individual e de mundo por parte dos indivíduos historicamente marginalizados. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2024) o índice de Gini, indicador que reflete a desigualdade socioeconômica, demonstrou uma disparidade após a pandemia da COVID-19, em um recorte em que pessoas trabalhadoras com ensino fundamental incompleto apresentaram fraco aumento na renda e o crescimento foi menor entre trabalhadores jovens. Esse cenário é parte de uma realidade mundial, como identificado no relatório *Desigualdad S.A.* da Oxfam (2024), que sublinha a urgente necessidade de uma resposta governamental global para reduzir as desigualdades sociais por meio de modelos econômicos alternativos que beneficiem mais do que apenas uma minoria.

De acordo com o relatório anual da ONU (2024), o ODS 10 da ONU (2015), que é dedicado à redução das desigualdades, enfrenta

desafios complexos, principalmente nas economias dos países mais vulneráveis e que crescem a taxas mais lentas em comparação com os países ricos. O Brasil encontra-se entre os países com grandes disparidades e desigualdades e é essencial promover um sistema econômico mais inclusivo e equitativo (ONU, 2024).

Nos referidos contextos, a importância de assegurar a segurança emocional juvenil é defendida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 2023), que reconhece que as visões de mundo e atitudes das juventudes são influenciadas por condições macroestruturais. Segundo o site oficial da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), as dimensões sociais afetam as individuais, simbólicas e cognitivas dos jovens e, deste modo, os transtornos emocionais frequentemente surgem durante a juventude, por meio da depressão, ansiedade, mas, também por meio de irritabilidade, frustração e raiva intensa. A OPAS indica que esses sintomas podem coincidir com diversos transtornos, afetando até mesmo a saúde física, comprometendo a autoestima, o desempenho escolar e a perspectiva de vida.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024) aponta que mais de 700 mil casos de suicídio ocorrem anualmente no Brasil sendo este dado a quarta principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos. Em um cenário alarmante no que diz respeito a saúde mental das juventudes brasileiras, matéria publicada em maio de 2024 no jornal O Estado de São Paulo por Christina Caron destacou que as interações comunicativas estão ocorrendo predominantemente *online*, em vez de presencialmente, o que tem aumentado a sensação de isolamento, especialmente entre jovens e pessoas idosas.

Como mencionamos anteriormente, Jonathan Haidt lançou o livro *A geração ansiosa: como a infância hiperconectada está causando uma epidemia de transtornos mentais* (2024) no qual aponta que a combinação da superproteção parental no ambiente *offline* com a liberdade irrestrita no meio *online* tem contribuído para o surgimento de uma geração ansiosa, com comportamentos que divergem significativamente dos padrões de convivência social estabelecidos ao longo de séculos. Por outro lado, Odgers (2024) sugere outras dimensões que afetam a saúde mental dos adolescentes como a discriminação estrutural e problemas socioeconômicos, entre outros.

Diante das desigualdades, da marginalização juvenil, da delinquência e da falta de estrutura para o trabalho e acesso à educação de qualidade, a justiça social deve assumir um papel central e ativo na promoção da cidadania e esta é uma ação a qual as instituições e as políticas públicas estão diretamente implicadas, conforme debatido por Dayrell (2003, p. 51):

“Qualquer instituição, por si só – seja a escola, o trabalho ou aquelas ligadas à cultura –, pouco pode fazer se não estiver acompanhada de uma rede de sustentação mais ampla, com políticas públicas que garantam espaços e

tempos para que os jovens possam se colocar de fato como sujeitos e cidadãos, com direito a viver plenamente a juventude.”

De acordo com a UNESCO (2023), é essencial utilizar métodos, ferramentas e plataformas de comunicação que sejam capazes de engajar a comunidade juvenil de forma cidadã, para que possam perpetuar suas ideias e participarem ativamente das construções das políticas e necessidades locais. A Organização das Nações Unidas (ONU Brasil, 2023) enfatiza que diante desta participação ativa juvenil, que envolve diretamente a comunicação, as soluções são de responsabilidade coletiva, tanto no nível individual, como na exigência de ações coordenadas das políticas públicas, da sociedade civil e do setor privado. Estas ações multilaterais precisam garantir a proteção dos direitos básicos de acesso à informação e enfrentar as múltiplas ameaças representadas pela proliferação de desinformação, notícias falsas e discurso de ódio nas plataformas digitais (ONU Brasil, 2023).

Assim, a maneira como o público jovem se relaciona em meio aos espaços comunicacionais, culturais, institucionais, políticos e afetivos, é o que permite que se construam como ‘sujeitos’ (Dayrell, 2003). Desta forma, a comunicação digital e seu impacto nas dimensões subjetivas tornam-se questões cruciais a serem consideradas para a criação de estratégias para a justiça social.

A justiça social pode ser percebida a partir de três concepções: redistribuição, reconhecimento e representação. A concepção da redistribuição parte de pressupostos pautados na distribuição de bens e recursos materiais, culturais e capacidades, enquanto que a concepção como reconhecimento apresenta a justiça situada na legitimação das culturas das minorias, aceitando as diferenças culturais, étnicas, raciais e sexuais como legítimas. A terceira concepção, representação, pressupõe a promoção do acesso e a tentativa de garantir a participação dos que são excluídos pela sua etnia, idade, sexo, gênero, orientação sexual, capacidade física e mental, entre outros fatores, da vida social. Honneth (2003) acrescenta que a participação democrática também está relacionada ao reconhecimento, uma vez que sem participação os sujeitos encontram-se excluídos dos processos e direitos do seu interesse conferidos pela sociedade (Minussi e Ramos, 2021).

Dubet (2014) complementa as três concepções, acrescentando a igualdade de oportunidades e a igualdade de posições, abordando os fatores positivos e negativos de ambas. Para Dubet (2014, p. 12) “a igualdade de oportunidades baseia-se em oferecer a todos a possibilidade de ocupar as melhores posições em função de um princípio meritocrático”, enquanto a igualdade de posições consiste em fazer com que “as distintas posiciones estejam, na estrutura social, mais próximas umas das outras” (Dubet, 2014, p. 11). Todas as

concepções buscam o mesmo fim, que é a redução das desigualdades para tornar as sociedades mais justas.

Assim sendo, a justiça social pela concepção da representação é um elemento fundante na discussão sobre a situação dos jovens brasileiros em uma sociedade na qual as desigualdade levam a uma experiência subjetiva de desprezo e de indignidade, fruto da crise da democracia no país. Portanto, enquanto violências físicas, estruturais e simbólicas seguem colonizando as relações e alimentando vínculos perversos entre os jovens nos ambientes nos quais eles transitam, as relações desiguais, o sentimento de abandono, de perda de autoestima vão seguir causando danos à sua integridade.

Seja no contexto das organizações, como das instituições de ensino, “a vergonha possui dimensões morais e físicas, ela opera nos corpos, nos discursos e nas interações simbólicas, deformando o espaço psíquico, o espaço social e também corporal das pessoas, que passam a se afastar uma das outras” (Marques e Martino, 2024, p. 93).

As contribuições dos Estudos para a Paz para a inclusão

Violências direta, estrutural e cultural segundo Johan Galtung

Em meio ao contexto da Segunda Guerra Mundial, Guerra Fria, bem como demais conflitos armados e violências que permearam este contexto histórico, houve um aumento significativo no interesse da comunidade acadêmica pelos estudos sobre paz e violência. Nesse cenário, destaca-se a criação do *Peace Research Institute of Oslo*, por meio do trabalho de Johan Galtung, considerado um dos fundadores do campo de Estudos para a Paz. Galtung (1996, 2003) introduziu paradigmas inovadores sobre a paz e a violência estabelecendo classificações que são fundamentais para o entendimento dessas temáticas. O autor propôs uma tipologia que distingue três diferentes formas de violência: a “violência direta,” a “violência estrutural” e a “violência cultural.” A violência direta refere-se a formas de violência em que autores e vítimas são visíveis e manifestas, tais como agressões físicas ou conflitos armados. Por outro lado, a violência estrutural é caracterizada por sua natureza sistêmica e frequentemente invisível, enraizada em estruturas sociais que perpetuam a exploração e a desigualdade. Exemplos de violência estrutural incluem sistemas patriarcais, coloniais e capitalistas, que sustentam e justificam outras formas de opressão e injustiças. A violência cultural está relacionada àquela que se perpetua por meio de símbolos, gestos e da cultura, formando parte do imaginário e das atitudes comportamentais. Essas classificações de Galtung fornecem uma base teórica essencial para analisar as múltiplas dimensões da violência e suas implicações na sociedade e com o público jovem.

Como uma linha dos EPP, os estudos da Comunicação para a Paz surgiram na década de 1970, com princípios estabelecidos por meio

das reflexões especialmente no que diz respeito a violência cultural e a promoção de uma cultura de paz, em um cenário em que a Comunicação assumiu um papel chave na pesquisa e na promoção da transformação dos elementos e gestos simbólicos que legitimam e sustentam as violências (Galtung, 1996, 2003). Foi a partir também das influências das pesquisas da linha da Educação para a Paz, que se destaca a atuação de Boulding (2000), fundamental ao enfatizar a importância dos componentes educacional, social e ativista nas concepções de cultura de paz.

No âmbito comunicacional, a agenda midiática desempenha um papel essencial na formação da percepção social, influenciando diretamente na dimensão cognitiva e no imaginário individual, portanto é imperativo refletir, conscientizar e fornecer ferramentas diante das violências e da grande quantidade de informações a que as pessoas estão expostas (Otero e Rolán, 2021). Nesse contexto, a teoria da “espiral do silêncio” (Noelle-Neumann, 1993) demonstra que o que está fora da mídia também impacta as percepções de esperança e as possíveis soluções para um ambiente mais seguro e pacífico. O *Peace Journalism* Tehranian (2002), ou “Jornalismo para a Paz,” trata de protagonizar as vozes oprimidas e pacificadoras, bem como promover soluções e ações que possam inspirar novas articulações embasadas no pacifismo.

Estas articulações podem ser inspiradoras e demonstrarem soluções possíveis para problemas reais, incitando a participação e o engajamento comunitário local. Para isso, há uma necessidade urgente de aprofundar o debate sobre Estudos para a Paz (EPP) a partir de uma perspectiva latino-americana e, mais especificamente orientada a este estudo, como apontam Maschietto e Ferreira (2024). Essa carência é evidenciada pela “lacuna” de contribuições brasileiras acerca da decolonização da paz, conforme destacado por Silva *et al.* (2024). Neste sentido, Cabral e Feltrin (2023) refletem sobre a perspectiva decolonial na Comunicação para a Paz, na qual impera a necessidade de desnaturalizar as narrativas colonizadoras e integrar outros conhecimentos originários do Sul Global para a superação destes paradigmas hegemônicos. Para o enfrentamento destas estruturas, se faz necessário novos conceitos de comunicação que abarcam decolonização e pacifismo com estratégias de paz direta, cultural e estrutural (Galtung, 2003).

A Comunicação para a Paz e seus enfoques atuais

O contexto contemporâneo justifica a importância de investigar o caráter subjetivo das percepções das pessoas jovens sobre paz e violência, particularmente em relação ao empoderamento, autoconfiança e autonomia das juventudes, para que possam se reconhecer como agentes de mudança social. Pesquisa realizada no Brasil por Maschietto *et al.* (2022) com 153 alunos e alunas do ensino

médio de nove instituições públicas em três municípios brasileiros, oferecendo *insights* valiosos sobre as opiniões dos e das jovens e como se percebem em relação a temas críticos.

Para este público estudado, embora seja importante mudar a forma como as instituições funcionam, o foco principal da mudança reside no âmbito subjetivo, ou seja, a percepção é de uma mudança que se inicia individualmente, de dentro para fora e que perpassa a dimensão socioemocional. Este mesmo estudo demonstrou a necessidade de considerar a perspectiva ‘heterogênea’ destas juventudes.

Neste sentido, as diferentes percepções, identidades e visões de mundo convergem com a necessidade de olhar esta temática pelo prisma da “interseccionalidade” (Crenshaw, 1997), que se refere a multiplicidade de identidades sociais e ideológicas por meio das quais o poder e a opressão são expressos e legitimados. Akotirene (2019) traz luz sobre o fato da interseccionalidade ser um conceito que, antes de ser cunhado com esta denominação por Crenshaw (1997), já era abordado por intelectuais brasileiras e latino-americanas do feminismo negro. Collins (2022) defende que as múltiplas opressões enfrentadas com recortes interseccionais devem ser cultivadas como uma ‘teoria social crítica’ que repensa questões sobre o poder e a justiça social.

Neste sentido, a Comunicação para a Mudança Social, segundo Tufte (2015) propõe uma visão participativa, interativa e construtiva, além de defender o uso de linguagem e expressões que contribuam para mudar as narrativas e estabelecer conexões, ao invés de separar. É por meio desta visão que a Comunicação para a Paz está atrelada a interseccionalidade (Nós-Aldás e Farné, 2020), assim como, forma parte de um processo “ex-cêntrico” (Villanueva, 2022), que sugere que a ação comunicacional transcende a hegemonia que se centra em um emissor socialmente reconhecido como detentor do conhecimento, dirigindo-se a um receptor considerado passivo e carente de conhecimento.

Teorias mais recentes que relacionam essa comunicação com a justiça social propõem um paradigma “radical” da comunicação (De Andrés e Chaparro, 2022), ou seja, torna-se necessário ir à raiz das problemáticas sociais para descolonizar, despatriarcalizar e ecologizar não apenas a cultura midiática, mas as formas como os seres humanos se comunicam e se relacionam em dimensões intrapessoais e interpessoais. Em sincronia com esta comunicação que atinge a raiz das desigualdades e injustiças, a “comunicação transgressora para a mudança social” (Nós-Aldás e Farné, 2020) visa um comunicar capaz de atingir as estruturas hegemônicas e traz luz para a importância da vulnerabilidade como um aspecto “transgressor” e importante para uma comunicação capaz de humanizar e atingir estas estruturas. Para Brown (2021) a vulnerabilidade, muitas vezes associada como ‘fraqueza’, é na verdade a maior medida de ‘coragem’. A esta atitude corajosa se incita utilizar a comunicação para promover a pacificidade,

em meio a um cenário em que a Comunicação para a Paz se revela evidenciada e urgente em meio a necessidade de promover a justiça social e protagonizar os relatos historicamente silenciados e excluídos das tomadas de decisões, uma vez que Adichie (2019) nos revelou os perigos de contar e de escutar uma só história na reprodução das injustiças sociais.

Metodologia

A reflexão teórica traçada nos tópicos anteriores do artigo serviu de base para a elaboração de uma sondagem quantitativa com 123 estudantes do primeiro ano da graduação de cursos de Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, ECA/USP. A escolha deste grupo de estudantes teve como objetivo identificar algumas características socioemocionais vivenciadas no período de transição do ensino médio para o superior. Os procedimentos metodológicos foram divididos em três etapas: a recopilação da literatura sobre estudos para a paz, comunicação para a paz e justiça social, a aplicação de questionário aos 123 estudantes e a terceira etapa (ainda em andamento) que conduz entrevistas com um grupo dos estudantes. A segunda etapa foi a aplicação do questionário digital por meio da ferramenta *Google Forms*, entre os meses de abril e maio de 2024. Sobre a amostra, é relevante considerar que a Universidade de São Paulo (USP) é a mais importante universidade do país, avaliada como a melhor universidade da América Latina e Caribe em 2023 pela *QS Latin America & The Caribbean Ranking*. Portanto, é relevante informar que os estudantes participantes da sondagem passaram por um rigoroso processo seletivo de avaliação, se comparado a outras instituições de ensino superior no país. Esse fato, deve ser levado em consideração no momento das análises dos resultados, destacando que entre os estudantes aprovados pelo vestibular regular, de ampla concorrência, também estão os estudantes que chegaram à universidade por meio de cotas como egressos da escola pública (EP) e provenientes de escola pública autodeclarados pretos, pardos e indígenas (EP/PPI), segundo o Jornal da USP (2023).

Os resultados foram analisados à luz de procedimentos estatísticos e da análise de conteúdo das respostas abertas. Neste artigo apresentamos as duas primeiras etapas já concluídas e que revelam percepções muito importantes sobre o comportamento desse grupo de jovens em relação a ansiedade e frustrações.

Resultados e análises

Os resultados da sondagem examinam a gestão das emoções da amostra de estudantes universitários com foco em estresse, ansiedade e estratégias de bem-estar. A análise revelou que uma significativa

parcela dos estudantes enfrenta altos níveis de estresse e ansiedade, influenciados por diversas fontes de caráter individual e macrosocial.

Dos 123 estudantes, 74 (60,2%) se consideraram estressados. As principais fontes de estresse identificadas foram pressão acadêmica, problemas financeiros e preocupações com questões globais e locais respectivamente. Esses fatores ressaltam as preocupações dos estudantes que recém ingressaram na universidade e ainda estão em fase de adaptação nas rotinas acadêmicas. Com uma média entre 18 e 25 anos, 64% do público respondente ainda não ingressaram no mercado de trabalho.

Do total da amostra, 110 (84,4%) estudantes declararam se sentir ansiosos e entre os motivos sinalizados estavam: a intolerância frente à diversidade, as mudanças climáticas e a crescente desigualdade social, respectivamente, portanto torna-se urgente abordar essas questões com as juventudes na universidade. Abrir um espaço para discutir esses motivos é promover a justiça social da representação, pois capacita as pessoas jovens em meio a uma "educação libertadora" Freire (1997), focada na formação cidadã para que as juventudes se reconheçam agentes de mudança e se empoderem frente aos desafios estruturais e sociais que afetam seu bem-estar emocional.

Para lidar com o estresse e a ansiedade, 26% têm consultado especialistas, enquanto outro grupo afirma ter buscado o contato com a natureza para melhorar seu ânimo. Além disso, 93 (75,6%) dos estudantes declararam que ser otimista é acreditar que dias melhores virão, independentemente das circunstâncias. Fomentar um ambiente acadêmico que reconheça e aborde as diversas fontes de estresse e ansiedade, bem como o otimismo, resiliência e esperança, é essencial para o desenvolvimento saudável dos estudantes, além de permitir o engajamento em ações de justiça social.

De acordo com o atual contexto brasileiro de vulnerabilidades e desigualdades, 67 dos estudantes (54%) declararam ser 'relativamente' esperançosos, tal resultado demonstra que o cenário dificulta que os jovens observem uma redução das desigualdades entre as posições sociais, assim como da inclusão. Além disso, realizar ações de impacto positivo (58,5%) e informar-se por meio de notícias positivas (51,2%) são os fatores que mais contribuem para aumentar o otimismo, segundo os estudantes. Desta forma, se faz necessário que o papel do Jornalismo para a Paz (*Peace Journalism*) Tehranian (2002) esteja direcionado à promoção de notícias positivas, com informações de práticas eficazes e soluções mobilizadoras diante das desigualdades e das injustiças enfrentadas pelos jovens.

A sondagem também buscou identificar percepções sobre os discursos de ódio no meio digital e os resultados revelaram que a plataforma X (antigo *Twitter*) é considerada a mais violenta pelos e pelas estudantes, seguida pelo Facebook e Instagram. O reflexo dessa resposta ficou mais evidente com a retirada da plataforma X pelo

Supremo Tribunal Federal do Brasil, a partir do dia 31 de agosto de 2024.

Entre os tipos de discurso de ódio mencionados pelos estudantes, o machista foi o prevalente, afetando 52,3%, seguido pelo discurso homofóbico (34,1%). Outros tipos de discurso de ódio mencionados incluem ataques racistas, capacitistas, gordofóbicos e moralistas que destacam a intensidade das formas de discriminação enfrentadas nas plataformas digitais por estas juventudes, como foi colocado por Haidt (2024). O autor aponta um aumento de índices de transtornos psíquicos nos jovens de diversos países por meio do uso do celular e das plataformas digitais e que revelam uma piora significativa no número de casos de suicídio, ansiedade, depressão e nas emoções de forma geral.

Também foi observado que 30,1% dos estudantes já foram alvo de violência política nas redes sociais que, segundo eles, tem a ver com ataques pessoais, ameaças e campanhas de desinformação, refletindo o clima polarizado e conflituoso das discussões políticas online que vive o Brasil. Os dados indicam que as plataformas digitais são ambientes significativos de violência e discriminação para esta parcela da população. Para Brown (2021) a raiva é, muitas vezes, a principal resposta ao vivenciar injustiças e experiências relacionadas ao ódio e pode ser um poderoso catalisador de mudanças para a justiça, a coragem e o amor, além de uma série de outras transformações vivificantes. A prevalência de discursos de ódio e violência política nas redes sociais destaca a necessidade urgente de medidas para proteger e promover um ambiente digital mais seguro e inclusivo também no âmbito socioemocional.

Ao serem perguntados sobre o significado de violência, observou-se que os três tipos de violência – direta, estrutural e cultural - classificados por Galtung (2003) estavam presentes nas definições, de acordo com a Figura 1.

exemplo. Quanto aos jornais, revistas, sites e plataformas, observa-se a mesma forma de violência, seja por palavras, símbolos e outras formas de comunicação.

Também foram encontradas palavras associadas à violência simbólica, com “psicológica”, “verbal”, “manipulação” que apontam para uma situação de fragilidade e insegurança na dimensão cultural (Galtung, 2003). Estas formas de violência estão relacionadas com o contexto simbólico, familiar e social que, por vezes afetam a autoestima, a motivação, saúde e o bem-estar, sendo um aspecto crucial a ser abordado no ambiente universitário, além da conscientização sobre as violências e suas consequências.

Sobre a importância (ou não) da inclusão de temas relacionados à Comunicação e Cultura para a Paz no currículo acadêmico, 107 estudantes (87%) declararam ser necessário que conteúdos sobre esses assuntos sejam abordados e discutidos para prepará-los frente às violências na sociedade. Esta alta porcentagem sugere uma forte demanda pela inserção de conteúdos nas matrizes curriculares que colaborem para a promoção da paz e da justiça social. Dentre as temáticas elencadas estão: gestão das emoções (52,8%), autoconhecimento (48%) e resolução de conflitos (46,3%). Os temas destacados estão em sintonia como os resultados das pesquisas nacionais anteriormente citadas no texto sobre o cenário em que vivem os jovens. Por último, chamou atenção que apenas 24 (19,5%) estudantes mencionaram ter ouvido falar sobre Comunicação e Cultura para a Paz durante o ensino médio.

Finalmente, quando perguntados se participavam de algum tipo de movimento social, menos de 30% dos estudantes afirmaram positivamente. Tal resultado pode estar relacionado com a falta de engajamento dos jovens em atividades sociais e solidárias, uma vez que as justificativas por não estarem vinculados a algum movimento foram: a falta de tempo, o desconhecimento e a falta de motivação. Talvez o uso excessivo das plataformas digitais, tenha afastado os jovens das práticas e relações que reforçam os vínculos de confiança, também causados pela insegurança das grandes cidades, desigualdades e medo.

Considerações Finais

Refletir sobre desigualdades e justiça social nas juventudes no Brasil é um tema ambicioso e amplo para ser tratado em um único artigo. É necessário que essa reflexão seja o mais rápido possível aprofundada e, por isso, esse artigo tem a função de ser uma semente que germine em novas pesquisas e estudos sobre o assunto.

Quando analisamos as pesquisas que foram apresentadas nesse texto, nos damos conta de que não basta a igualdade de oportunidades, uma vez que sabemos que nem todos partem do mesmo ponto para que essa disputa pelas oportunidades seja justa;

nesse caso, a lente da interseccionalidade de gênero, raça, classe e poder nos ajuda a entender por que a sociedade é tão desigual.

A construção da justiça social, seja por meio da redistribuição, do reconhecimento e da representação são concepções que se entrelaçam e que nos ajudam a conduzir a uma discussão qualificada sobre como diminuir as desigualdades e a violência, principalmente entre os jovens.

Como já mencionamos, o vocabulário da justiça precisa deixar de ser o da redução das desigualdades entre as posições sociais e deve ser o vocabulário da luta contra a discriminação. Os resultados analisados mostram a necessidade de aumentar a conscientização e o envolvimento destas juventudes em movimentos para a transformação social, bem como integrar temas de Comunicação e Cultura para a Paz nos currículos acadêmicos. As instituições de ensino têm a oportunidade de responder a essa demanda, oferecendo cursos e atividades que abordem a paz, a justiça social e a responsabilidade cívica. Essas iniciativas enriquecem não apenas a formação dos estudantes, mas colaboram para o fomento de uma visão crítica para transformar as realidades sociais complexas e desafiadoras contemporâneas. Ao desenvolver uma consciência crítica e oferecer ferramentas para o engajamento ativo, podemos contribuir para a formação de indivíduos mais resilientes e comprometidos com a transformação social e a construção de um futuro mais equitativo e sustentável.

A pesquisa revelou o impacto significativo das violências e das desigualdades sociais no bem-estar dos jovens que participaram da sondagem, sublinhando a importância de desenvolver estratégias de resiliência e do fomento da paz junto aos futuros profissionais da comunicação, uma vez que a comunicação deve ser entendida como um ativo essencial para a busca da inclusão e do respeito de todos os públicos. Identificamos oportunidades e necessidades de desenvolver esta temática observando os índices de saúde mental e emocional dos e das estudantes, com uma abordagem que aborde a dimensão cognitiva.

As estratégias precisam ser realizadas de forma multifacetada, com as juventudes no centro dos debates e propostas com relação a criação de ações interseccionais que garantam a segurança emocional e criem espaços propícios para o diálogo e a inclusão no âmbito universitário. A inclusão dessas diversas perspectivas no referencial teórico enriquece a análise e proporciona uma compreensão aprofundada das dinâmicas de violência, discriminação e mobilização para a justiça social no Brasil.

Uma das considerações que as autoras deixam para os leitores é repensar qual é o papel dos comunicadores, das organizações e instituições, assim como a responsabilidade ética diante de tanta invisibilidade frente aos grupos minorizados e que muitas vezes nem

são considerados como públicos essenciais? Como diz Moriceau (2019, p. 26)

“a comunicação pode ser o lugar em que belos discursos escondem práticas repreensíveis, em que o direito à propriedade prevalece sobre todos os outros, em que as pessoas são categorizadas e ridicularizadas em uma estratégia de propaganda. Ela também pode ser um lugar de conflito, resistência, encontro com a alteridade, subversão ou afirmação.”

Finalizando reiteramos a reflexão de Nós-Aldás e Farné (2020) quando afirmam que ao enfrentar as desigualdades e injustiças é preciso aplicar a ‘comunicação transgressora para a mudança social’ que busca um comunicar capaz de atingir as estruturas hegemônicas e traz luz para a importância da vulnerabilidade como um aspecto “transgressor” e importante para uma comunicação que seja capaz de humanizar e atingir estas estruturas sociais.

Agradecimentos

Somos gratas aos estudantes do CRP da ECA/USP que participaram da sondagem, assim como ao grupo de Iniciação Científica pelos esforços e auxílio na divulgação do questionário, Giovanna Queiroz Alves, Hugo Pereira Santos, Ivan Primo, Melissa Bruno Garcia e Wallace Emidio. Nossos agradecimentos a Roberta Holanda Maschietto por seus comentários e olhar crítico e à Daniela Modolo na execução do questionário na plataforma online.

Referências bibliográficas

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. (2019). *O perigo de uma história única*. São Paulo, Companhia das Letras.
- AKOTIRENE, Carla. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo, Pólen Produção Editorial.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. (2022). *Dados da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no Sistema Único de Saúde (SUS)*. Brasília, DF.
- BOULDING, Elise (2000) *Cultures of Peace. The Hidden Side of History*. Syracuse University Press.
- BROWN, Brené. (2021). *Atlas of the heart: Mapping meaningful connection and the language of human experience*. Random House.
- CABRAL, Raquel e dos Santos Feltrin, Diuan. (2023). Reflexões sobre Comunicação para Paz a partir de uma perspectiva Sul Global e Decolonial. *E-Compós* (26), P. 1-19. <https://doi.org/10.30962/ec.2815>
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* (Tese Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CARON, Christina. (2024). O Estado de São Paulo. *Sensação de solidão é mais forte em duas fases da vida, veja quais e saiba como evitá-la*. (2024, 13 de maio).
- COLLINS, Patricia Hill. (2022). *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- CRENSHAW, Kimberlé. (1997). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *The legal response to violence against women*, 5, 91. <https://doi.org/10.2307/1229039>

- DAYRELL, Juarez. (2003). O jovem como sujeito social. *Revista brasileira de educação*, (24), P. 40-52. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>
- DE ANDRÉS, Susana y CHAPARRO, Manuel. (2022). *Comunicación radical. Despatriarcalizar, descolonizar, ecologizar la cultura mediática*. México, Gedisa.
- DUBET, François. (2014). *Repensar la justicia social: contra el mito de la igualdad de oportunidades*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores.
- DUBET, François. (2020). *O tempo das paixões tristes*. São Paulo, Vestígio.
- FERRARI, Maria Aparecida. (2016). Relacionamiento: la clave para el diálogo corporativo. IN ROMERO-RODRIGUEZ, L.M. y R. MANCINAS, R. (orgs.), *Comunicación institucional y cambio social. Claves para la comprensión de los factores relacionales de la comunicación estratégica y el nuevo ecosistema comunicacional*, España, Egregius Ediciones, P. 65-82.
- Folha de São Paulo. (2024). *Registros de ansiedade entre crianças e jovens superam os de adultos pela 1ª vez no Brasil*. (2024, 31 de maio).
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FPSP).(2024). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024*.<https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>
- FREIRE, Paulo. (1997). *Pedagogia do oprimido*. São Paulo, Cortez.
- GALTUNG, Johan. (1996). *Peace by peaceful means: Peace and conflict, development and civilization* (14). New York, Sage. <https://doi.org/10.4135/9781446221631>
- GALTUNG, Johan. (2003). *Violencia cultural*. Espanha, Gernika Gogoratz. Centro de investigación por la paz.
- HAIDT, Jonathan. (2024). *A geração ansiosa: Como a infância hiperconectada está causando uma epidemia de transtornos mentais*. São Paulo. Companhia das Letras (2003)..
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Editora 34.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2021). *Pesquisa nacional de saúde: 2019*. Ciclos de vida: Brasil, Coordenação de Trabalho e Rendimento - Rio de Janeiro.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2022). *Panorama Censo 2022*. <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]. (2024) *Retrato dos rendimentos do trabalho – resultados da PNAD Contínua do primeiro*

trimestre de 2024. <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/desigualdade-de-renda/>

Jornal da USP. (2023). *Fuvest divulga a relação de candidatos por vaga e inscritos no vestibular 2024.* <https://jornal.usp.br/universidade/fuvest-divulga-relacao-de-candidatos-por-vaga-e-inscritos-no-vestibular-2024/>.

Jornal da USP. (2023). *USP é a melhor universidade da América Latina e Caribe, segundo QS Latin America & The Caribbean Ranking.*

LEANDRO, Bianca; SOBRINHO, André; ABRAMO, Helena. (2023). *Panorama da Situação de Saúde de Jovens Brasileiros: Interseções entre Juventude, Saúde e Trabalho-2016 a 2022.* Cooperação Social da Presidência / Fiocruz / SUS / MS / Governo Federal Brasil União e Reconstrução.

MASCHIETTO, Roberta Holanda; FERREIRA, Marcos Alan; CORTINHAS, Juliano da Silva. (2022). Exploring subjectivities of peace, violence, and power among the youth in Brazil. *Peace & Change*, vol. 47, n. 3, P. 233-253.

MASCHIETTO, Roberta Holanda e FERREIRA, Marcos Alan. (2024). Os Estudos para a Paz no Brasil: avanços do campo, oportunidades e desafios. Em Maschietto, Roberta Holanda e Ferreira, Marcos Alan [Orgs.]. *Estudos para a Paz. Perspectivas brasileiras*, P. 12-28. São Paulo, Editora Blimunda.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; SILVA, Daniel Reis; LIMA, Fábila Pereira (orgs.) (2019). *Comunicação e direitos humanos.* Belo Horizonte (MG): PPGCOM UFMG.

MARQUES, Angela CRISTINA SALGUEIRO MARQUES e MARTINO, LUIS MAURO SÁ MARTINO. (2024). *A violência invisível em contextos organizacionais.* Editora Sulina, Porto Alegre.

MINUSSI, P. Valéria e RAMOS, Nara Vieira. (2021). Justiça Social: uma trajetória conceitual. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, vol.22, no.64, P. 300 – 315.

MORICEAU, Jean-Luc. (2019). A Comunicação Organizacional e os direitos do outro homem. IN MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; SILVA, Daniel Reis; LIMA, Fábila Pereira (orgs.) *Comunicação e direitos humanos.* Belo Horizonte (MG): PPGCOM UFMG.

MOURA, Bruno de Freitas. (2023). *Maior presença de negros no país reflete reconhecimento racial.* Agência Brasil. (24 de dezembro).

NASCIMENTO, Abdias. (1978). *O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado.* São Paulo, Editora Paz e Terra.

- NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. (1993). *The spiral of silence: Public opinion--Our social skin*. University of Chicago Press.
- NOS-ALDÁS, Eloísa e FARNÉ, Alessandra. (2020). Comunicación transgresora de cambio social: epistemologías performativas y eficacia cultural, *Convergencia Revista de Ciencias Sociales*, vol. 27, P. 1-26.
- ODGERS, Candice L. (2024). The great rewiring: is social media really behind an epidemic of teenage mental illness?. *Nature*, 628(8006), P. 29-30.
- OTERO, Teresa Piñeiro e ROLÁN, Xabier Martínez. (2021). Eso no me lo dices en la calle. Análisis del discurso del odio contra las mujeres en Twitter / Say it to my face: Analysing hate speech against women on Twitter. *Profesional De La información*, 30(5). <https://doi.org/10.3145/epi.2021.sep.02>
- Organização das Nações Unidas [ONU].(2024). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>
- Organização das Nações Unidas [ONU] Brasil. (2023). *Como combater o discurso de ódio nas redes sociais?* (18 outubro).<https://brasil.un.org/pt-br/249816-como-combater-o-discurso-de-%C3%B3dio-nas-redes-sociais>
- Organização das Nações Unidas [ONU]. (2024). *The Sustainable Development Goals Report 2024*. <https://unstats.un.org/sdgs/report/2024/>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO] (2023). *Because Youth Perspectives Matter*.
- Organização das Nações Unidas [ONU]. (2015, 21 de outubro). Resolución aprobada por la Asamblea General el 25 de septiembre de 2015. Recuperado de https://unctad.org/system/files/official-document/ares70d1_es.pdf
- Organização Panamericana da Saúde [OPAS]. (2024). *Saúde mental na adolescência*. Consultado em 24 de agosto. <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-mental-dos-adolescentes>
- Oxfam International. (2024). *Informe Desigualdad S.A. 2024*.
- QUIJANO, Anibal. (2015). Colonialidad del poder y clasificación social. *Contextualizaciones latinoamericanas*, 2(5).
- RIBEIRO, Djamila. (2019). *Lugar de fala*. São Paulo, Pólen Produção Editorial.
- SILVA, Luan do Nascimento; Bezerra, Catarina; Kuhlmann, Paulo. (2024). Decolonizando a Paz: uma construção a partir da América Latina. Em Maschietto, Roberta Holanda e Ferreira, Marcos Alan [Orgs.]. *Estudos para a Paz. Perspectivas brasileiras*, pp. 12-28. São Paulo,

Editora Blimunda. <https://editorablimunda.com.br/livro/estudos-para-a-paz/>

TEHRANIAN, Majid. (2002). Peace journalism: Negotiating global media ethics. *Harvard International Journal of Press/Politics*, 7(2), P. 58-83.

TUFTE, Thomas. (2015). *Comunicación para el cambio social*. Barcelona, Icaria.

VILLANUEVA, Erick Torrico. (2022). *Comunicación (re) humanizadora: Ruta decolonial*. Ecuador, Ediciones Ciespal.



Disponible en:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=525881400012>

Cómo citar el artículo

Número completo

Más información del artículo

Página de la revista en redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc
Red de revistas científicas de Acceso Abierto diamante
Infraestructura abierta no comercial propiedad de la
academia

Maria Aparecida Ferrari, Bárbara Tomiatti Giancola
Desigualdades e justiça social das juventudes no Brasil e os impactos socioemocionais causados pelas violências
Desigualdades y justicia social de la juventud en Brasil y los impactos socioemocionales causados por la violencia
Inequalities and social justice in Brazilian youth and the socio-emotional impacts of suffered violence

Millcayac

vol. XI, núm. 21, 2024

Universidad Nacional de Cuyo, Argentina

revistamillcayac@gm.fcp.uncu.edu.ar

ISSN-E: 2362-616X